

Um desafio a mais

4 ABR 1990

ESTADO DE SÃO PAULO

Os participantes da Assembleia Anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento esperavam com certa ansiedade o discurso da ministra Zélia Cardoso de Mello, a "dama de ferro" da economia brasileira, na verdade o centro das atenções da reunião de Montreal. Não ficaram decepcionados nem surpresos, mas nada indica que os credores estrangeiros do Brasil tenham ficado totalmente tranquilos após o que ouviram da oradora.

Estabelecendo clara regra de atuação — que de certo modo contradiz a afirmação do presidente Fernando Collor de Mello de que iniciaria a renegociação da dívida externa tão logo assumisse o cargo —, a ministra esclareceu que se tal ainda não ocorreu foi por se ter a convicção de que se deveria antes "ajustar a realidade interna" do País.

Cumprir reconhecer que o governo Collor de Mello adota uma posição merecedora de respeito, a qual, em sua essência, corresponde aliás àquela perfilhada pelo diretor-gerente do FMI. Não cabe ao organismo internacional im-

por uma política que, pelo fato mesmo de representar uma imposição, dificilmente poderia ser aceita pela nação devedora. Cada país deve ser o mestre do seu destino, no pressuposto de que um programa de reajuste não tenderá a agradar ao FMI ou o Banco Mundial mas, antes de tudo, visar ao interesse do país devedor.

Há que acrescentar que o programa de ajuste ora implantado no Brasil vai certamente além daquilo que qualquer organismo internacional pudesse nos sugerir: nem mesmo o FMI teria tido a ousadia de propor a adoção de medidas tão drásticas. Naturalmente, compete aos organismos internacionais fazer sua própria avaliação do programa elaborado pelo governo Collor de Mello.

O presidente do Banco Mundial, Barber Conable, não escondeu seu entusiasmo diante do Plano Brasil Novo, não se esquecendo porém — na sua condição de ex-membro do Congresso norteamericano — de deixar bem claro que a ajuda que se pretende dar ao Brasil somente poderá ser negociada a partir da aprovação do

Plano pelo Congresso brasileiro...

Os técnicos do FMI, após esclarecerem que até agora conheciam o Plano Brasil Novo somente através da imprensa (falha que certamente terá sido corrigida com a visita da ministra Zélia Cardoso de Mello ao diretor-gerente da organização internacional), estão levantando algumas dúvidas quanto à profundidade do ajuste fiscal, dúvida que aliás já formulamos mais de uma vez nestas colunas. Ao que nos parece a chancela do FMI a este item seria um grande trunfo para a ministra, embora em nada se afetasse a soberania nacional se examinássemos sugestões do organismo visando a um ajuste mais aprofundado, o que daria maiores possibilidades de êxito ao Plano.

Em seu discurso teve a ministra, mais uma vez, a oportunidade de explicitar as premissas que servirão de base à renegociação: redução do estoque e do serviço da dívida, exame da capacidade de remessa do país devedor, respeito às suas exigências de crescimento e co-responsabilidade dos credores. Tais pressupostos, sempre defendidos pelo presidente Fer-

nando Collor de Mello, não representaram uma novidade no discurso da ministra da Economia. Teria porém agradado aos credores que esses princípios fossem traduzidos em números relativos, por exemplo, às proporções das remessas, que o Brasil pretende fazer em função da situação do seu balanço de pagamentos, e às suas previsões de crescimento econômico.

A intranquilidade dos credores que ouviram a ministra deriva da ausência de tais informações, certamente esperadas, mas não justificáveis às vésperas de uma negociação, que constitui sempre um jogo de guerra entre as duas partes. Todavia, essa sua atitude talvez mais se explique por se terem entusiasmado quando o presidente argentino Carlos Menem seguiu a mesma tática: realizar o ajuste antes de renegociar. Ocorre que o ajuste malogrou, entrando até agora a renegociação. Nesse contexto a ministra Zélia Cardoso de Mello aceitou novo desafio: o de mostrar que sua confiança no êxito do Plano Brasil Novo realmente se justifica...